

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
CODEVASF BRASILIA DISTRITO FEDERAL.

REF. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/08

CONSTRUTORA CASSI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.389.170/0001-94, e Inscrição Estadual nº 18.1.190.0162681-1, com sede na cidade de Petrolina-PE., na BR 428, KM 185, nº 321, Bairro Loteamento Recife, não satisfeita com a r. decisão desta douta Comissão que a DESCLASSIFICOU nos Lotes 01 e 03 do presente certame, sob a alegação de “houve infringência ao Art. 6º da Lei 4.950-A de 22 de abril de 1966, vem, em tempo hábil e com fulcro no art. 109 e seguintes úteis da Lei nº 8.666/93, propor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, nos termos e na forma seguinte:

A Douta Comissão entendeu que “TODAS as empresas participantes dos Lotes 01 e 03, tiveram suas propostas consideradas irregulares por infringir o Art. 6º da Lei 4950-A de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária. Pelo critério definido na referida legislação, o salário mínimo para a contratação dos técnicos previstos no Edital seria de R\$ 3.527,50 (três mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), no entanto, as licitantes do Lote I apresentaram como valor de referencia salarial o valor de R\$ 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais), com exceção da licitante Hidrossondas Hidrogeologia e Construção Ltda., que apresentou proposta com salário para os técnicos no valor de R\$ 2.874,70 (dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), todas portanto abaixo do mínimo estabelecido em lei.”

“Dada a máxima vênia” devemos discordar com a referida decisão, visto que não houve por parte da Requerente qualquer descumprimento ao Art. 6º da Lei 4.950-A / 1966, uma vez que apresentou um valor acima do piso salarial da categoria.

Nas PROPOSTAS FINANCEIRAS para os LOTES 01 e 03 – GLÓRIA E PEDRA BRANCA, respectivamente, a Requerente, às fls. 10, no Item 2.1.1 ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA EXECUTIVA, apresenta o valor R\$ 3.320,00 (três mil, trezentos e vinte reais) para remuneração do engenheiro, quando a Lei nº 4.950-A / 1966 prevê uma remuneração igual a R\$ 3.112,50 (três mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

Exemplificando: O salário do profissional no presente caso seria assim distribuído:

$R\$ 415,00 \times 6 \times 25\% = R\$ 3.122,50$

(Salário Mínimo Federal criado pela MP nº 412 de 29/02/08).

Tomando estes valores, podemos constatar que a Requerente apresenta valor superior.

Equivocadamente, a esta Douta Comissão, com a devida “vênia”, afirma que pelo critério definido na legislação, o salário mínimo, para a contratação dos técnicos previstos no Edital seria de R\$ 3.527,50 (três mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE DO EDITAL, no Item 2.1.1. é exigido uma remuneração de R\$ 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais).

Tomando o valor exigido no Item 2.1.1 do Edital e comparando com o valor apresentado pela Requerente podemos constatar que não houve qualquer infringência às disposições do Art. 6º da Lei nº 4.950-A /1966.

Diante do exposto, e devidamente comprovado que não houve qualquer irregularidade na Proposta da Requerente, visto que o salário oferecido é superior ao exigido por lei, o que não fere qualquer norma, tem o presente instrumento o objetivo de requerer a REVOGAÇÃO da decisão que a DESCLASSIFICOU para mantê-la concorrendo nos Lotes 01 e 03 em igualdade de condições.

Por outro lado, e no mesmo RECURSO estamos apresentando a nossa IMPUGNAÇÃO para a Proposta da licitante REFRAN GLOBAL SERVICE, visto que a mesma infringiu o item 7.5.7, da seguinte forma;

A – Observamos que na “PLANILHA DE PEÇAS – PARTE MECÂNICA,” nos itens 1, 2 e 4 da fl. 29, bem como na PLANILHA DE PEÇAS – PARTE ELETRICA, itens 52 e 57 da fl. 32, foram apresentados valores iguais a **ZERO**, estando em total desacordo com o Edital;

B – Também às fls. 35 e 36 apresenta “Composição dos Encargos Sociais” em completo desacordo com os índices utilizados na região onde se dará a execução dos serviços objeto do presente Edital, posto que o percentual considerado de 1% para o item SECONCI só é utilizado nas regiões Sudeste diante da existência de ambulatorios SECIONCI, assim o percentual a ser utilizado na região do local dos serviços deverá ser de 74,32%, tudo conforme demonstraremos a planilha que segue abaixo;

Carece também ser rechaçado o BDI da licitante visto que o seu detalhamento está em completo desacordo com o Acórdão nº 325-2007 do Tribunal de Contas da União.

Diante de tais infringências é de ser DESCLASSIFICADA a licitante REFRAN GLOBAL SERVICE, por ser ato da mais pura e salutar JUSTIÇA.

Na hipótese de não ser o entendimento desta honrosa Comissão, esperamos que sejam cumpridas as determinações do art. 109 da Lei 8.666/93, para encaminhar estas razões à instância competente para o julgamento definitivo.

Petrolina, 02 de maio de 2008.